

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR DESIGUALDADES E PROMOVER EQUIDADE NO ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-085>

**Data de submissão:** 06/11/2024

**Data de publicação:** 06/12/2024

**José Mário dos Santos Cardoso**

Graduado em Ciências Biológicas

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

E-mail: jose.ufopa2018@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9276-5726>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5680078499592752>

**Aline Pacheco Eugênio**

Especialista em Saúde Mental (UFPB)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: alinepachecoeu@hotmail.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7647-866X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2373617881467821>

**Maria Tarcila Rabelo Pinheiro**

Pós-Graduada em Enfermagem em Nefrologia

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: tarcilaenf@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8309-9615>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5193498876121808>

**Carlos Eugênio da Costa Vieira**

Pós-Graduado farmácia clínica direcionada à prescrição farmacêutica

Faculdade de Minas EAD - FACUMINAS.

E-mail: eugeniofarmanassau@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2251-8424>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9446222720389314>

**Elainy Krishna Sampaio Santiago**

Pós-graduada em Educação em Saúde para Preceptores do SUS

Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa

E-mail: elainykrishna@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0661-4846>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7815509660588802>

**Xayenne Sousa de Oliveira**

Graduada em Enfermagem

Centro Universitário Estácio do Ceará

E-mail: xayenne\_so@hotmail.com

**Thamyres Maria Silva Barbosa**  
Enfermeira pós graduanda em saúde pública com ênfase em vigilância em saúde  
Faculdade holística-FaHol  
E-mail: Thamyresmaria726@gmail.com  
Orcid: 0009-0007-0657-5023  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9149332823885955>

**Carla Biatriz Melo da Rocha**  
Especialização em enfermagem oncológica  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
E-mail: carlinha\_bia170@hotmail.com

**Liliane Lima da Silva**  
Pós-Graduada em Enfermagem do Trabalho  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
E-mail: enfermeiralili192@gmail.com

**Danyele Rodrigues de Lira**  
Mestrado profissional pesquisa em saúde  
Centro Universitário Cesmac  
E-mail: danyelelyra\_@hotmail.com  
Orcid: 0000-0002-8132-4079  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8506145004243611>

**Bárbara Monique Alves Desidério**  
Mestranda em Saúde Coletiva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
E-mail: barbaramonalves.neuropsi@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7435-0747>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6321878965739431>

**Flávio Júnior Barbosa Figueiredo**  
Doutor em Ciências da Saúde  
Centro Universitário FIPMoc  
E-mail: figueiredofjb@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1452-9573>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0897191154736049>

## RESUMO

Este estudo teve como meta examinar as políticas públicas de saúde coletiva e as estratégias que visam diminuir desigualdades e promover a equidade no acesso e na qualidade dos serviços de saúde. Através de uma revisão integrativa da literatura, foram analisados oito artigos publicados entre 2014 e 2024, selecionados das bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando termos relacionados à equidade em saúde, políticas públicas e determinantes sociais. As informações foram organizadas em categorias temáticas que contemplam atenção primária, determinantes sociais da saúde, regionalização e intersetorialidade. Os achados indicam que a atenção primária, em particular por meio da Estratégia Saúde da Família, exerce um papel vital na ampliação do acesso aos serviços de saúde. Contudo, enfrenta desafios significativos devido à falta de financiamento adequado e às políticas de austeridade. Os determinantes sociais da saúde, como moradia, saneamento básico e educação, são considerados

elementos essenciais para promover a equidade, embora as iniciativas intersetoriais frequentemente enfrentem barreiras para uma boa articulação. A regionalização se destaca como uma abordagem promissora para mitigar desigualdades regionais, mas ainda necessita de recursos e capacidade técnica para atender adequadamente às demandas locais. Ademais, questões relacionadas a desigualdades de gênero e raça evidenciam a urgência de implementar políticas mais inclusivas. Conclui-se que, embora avanços tenham sido alcançados, a efetividade das políticas públicas é limitada por barreiras estruturais, financeiras e institucionais. O fortalecimento das políticas existentes, por meio de investimentos consistentes e maior integração entre setores, é essencial para consolidar sistemas de saúde mais justos e equitativos, alinhados às necessidades da população.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Saúde, Desigualdades Social, Equidade em Saúde, Acesso, Saúde Coletiva.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de saúde coletiva têm desempenhado um papel central na redução de desigualdades e na promoção da equidade em sistemas de saúde ao redor do mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que a saúde é um direito humano fundamental, e, portanto, o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde é essencial para o desenvolvimento sustentável das nações (WHO 2024). No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa um modelo único de saúde pública universal, mas ainda enfrenta desafios significativos para garantir que os princípios de integralidade, universalidade e equidade sejam efetivamente alcançados (Buss *et al.*,2020).

Desigualdades em saúde são marcadamente influenciadas por fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais, além das limitações estruturais do sistema de saúde (Brasil 1990). Em populações vulneráveis, como pessoas de baixa renda, comunidades rurais e grupos marginalizados, as barreiras ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde perpetuam disparidades e impactam negativamente os indicadores de saúde. Essas desigualdades não apenas ameaçam a qualidade de vida dos indivíduos, mas também representam um obstáculo para o progresso social e econômico (Yoshino *et al.*,2018).

Nesse contexto, as políticas públicas de saúde coletiva surgem como ferramentas essenciais para enfrentar essas disparidades. Por meio de programas voltados à atenção primária, ao fortalecimento da vigilância em saúde e à promoção de práticas preventivas, busca-se não apenas ampliar o acesso aos serviços, mas também garantir que as ações implementadas sejam culturalmente sensíveis e adequadas às necessidades locais. No Brasil, iniciativas como a Estratégia Saúde da Família têm mostrado avanços, mas há muito a ser feito para superar os desafios da cobertura e da qualidade (Harzheim *et al.*,2020).

Uma abordagem eficaz para a redução das desigualdades exige a integração de políticas intersetoriais. A relação entre saúde, educação, habitação e saneamento básico ressalta a importância de esforços coordenados para lidar com os determinantes sociais da saúde. Além disso, a participação social nos processos de formulação e avaliação das políticas é um elemento-chave para promover intervenções mais inclusivas e responsivas às demandas reais da população (Souza *et al.*,2023).

Com isso, reforça-se que países que investem em políticas públicas de saúde coletiva alinhadas aos princípios da equidade tendem a apresentar melhores resultados em termos de qualidade de vida e longevidade da população (Brasil 1988). Contudo, também é evidente as limitações e os desafios enfrentados na implementação de tais políticas, principalmente em países com desigualdades socioeconômicas marcantes. Assim, é essencial aprofundar o conhecimento sobre estratégias que possam ser replicadas ou adaptadas a diferentes contextos (Corrêa *et al.*,2024).

Diante disso, é imperativo investigar como as políticas públicas podem ser aprimoradas para abordar as desigualdades de maneira mais efetiva, promovendo ações baseadas em evidências que garantam resultados sustentáveis a longo prazo. As discussões sobre equidade no acesso e na qualidade dos serviços não podem ser dissociadas do debate político e da alocação de recursos, fatores que frequentemente determinam o sucesso ou o fracasso de iniciativas voltadas para a saúde coletiva. O objetivo deste estudo é analisar, as políticas públicas de saúde coletiva e suas estratégias para reduzir desigualdades.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas de saúde coletiva desempenham um papel essencial na promoção da equidade e na redução de desigualdades no acesso e na qualidade da atenção à saúde. A equidade em saúde é um princípio que busca corrigir desigualdades, considerando as diferentes necessidades das populações e os fatores sociais que impactam o estado de saúde dos indivíduos. Isso implica em assegurar que todos tenham oportunidades justas de alcançar seu potencial máximo de saúde, independentemente de condições econômicas, sociais ou geográficas (De Siqueira; Hollanda; Motta 2017).

O conceito de determinantes sociais da saúde evidencia que as condições de vida e trabalho são fatores-chave que influenciam os resultados em saúde (Garbois; Sodré; Dalbello-Araujo 2017). Políticas públicas eficazes necessitam ir além da oferta de serviços, abrangendo intervenções em áreas como educação, saneamento, segurança alimentar e habitação. A integração intersetorial é, portanto, fundamental para promover um impacto sustentável e abrangente na saúde coletiva (Donadeli *et al.*,2024).

Modelos de saúde universal, como os implementados em diversos países, têm demonstrado que sistemas organizados com base na equidade são capazes de melhorar os indicadores de saúde, reduzir custos e promover maior satisfação da população. No entanto, a implementação de tais políticas enfrenta desafios, como a alocação inadequada de recursos, a desigualdade no financiamento público e as disparidades regionais, que podem limitar a eficácia das intervenções (Macinko *et al.*,2018).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta um exemplo robusto de uma política pública voltada à universalidade e equidade. Contudo, o sistema enfrenta desafios significativos, incluindo o subfinanciamento crônico, a fragmentação de serviços e as dificuldades na gestão. Ainda assim, programas como a Estratégia Saúde da Família têm mostrado avanços importantes na cobertura de populações vulneráveis, reduzindo as desigualdades em saúde em algumas regiões (Pereira *et al.*,2024).

A participação social emerge como um elemento central no desenvolvimento e implementação de políticas públicas de saúde coletiva. A inclusão de diferentes atores, como conselhos comunitários e organizações não governamentais, permite a criação de políticas mais responsivas às necessidades da população, além de fortalecer a transparência e a responsabilidade no uso de recursos públicos (Kabad *et al.*, 2020).

Ademais, as ações voltadas para a promoção da saúde, prevenção de doenças e fortalecimento da atenção primária destacam-se como pilares fundamentais para a construção de sistemas de saúde equitativos. A educação em saúde, aliada à vigilância e ao monitoramento de indicadores, contribui para identificar grupos mais vulneráveis e direcionar intervenções específicas (Gonçalves *et al.*, 2020).

Portanto, o fortalecimento das políticas públicas de saúde coletiva, com foco na equidade e na redução das desigualdades, exige estratégias integradas e sustentáveis. A análise e o aprimoramento dessas políticas, com base nas experiências e evidências disponíveis, tornam-se cruciais para alcançar sistemas de saúde mais justos e inclusivos (Malta *et al.*, 2018).

### 3 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, método que permite a síntese do conhecimento existente sobre um tema, identificando lacunas, tendências e implicações para a prática e a pesquisa. A questão norteadora que guiou o trabalho foi: "Quais políticas públicas de saúde coletiva têm sido utilizadas para reduzir desigualdades e promover equidade no acesso e na qualidade da atenção à saúde, e quais são os resultados reportados na literatura científica?" Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos estudos, considerando como elegíveis artigos publicados entre 2014 e 2024, disponíveis em inglês, português e espanhol, que abordassem políticas públicas de saúde coletiva focadas em equidade e redução de desigualdades. Estudos teóricos, revisões sistemáticas e pesquisas empíricas foram incluídos, enquanto artigos duplicados, publicações de baixa qualidade metodológica e textos que não tratavam diretamente do tema foram excluídos.

A busca foi realizada em bases de dados eletrônicas amplamente reconhecidas, como PubMed, SciELO, e LILACS, utilizando descritores como "políticas públicas de saúde", "desigualdades Social", "equidade em saúde", "acesso" e "saúde coletiva", combinados por operadores booleanos (*AND*, *OR*). A coleta ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2024. Após a busca inicial, os títulos e resumos dos artigos foram triados de acordo com os critérios previamente estabelecidos, e os textos completos das publicações potencialmente relevantes foram analisados detalhadamente.

As informações extraídas abarcaram o tipo de política pública, seus objetivos, a população-alvo, os resultados observados e as limitações relatadas. Os dados coletados foram organizados em

uma planilha e analisados de maneira qualitativa. A síntese dos resultados foi elaborada em categorias temáticas, agrupando as políticas conforme seus objetivos principais. As implicações teóricas e práticas dos achados foram analisadas à luz da literatura existente, ressaltando o potencial impacto das políticas públicas em questão.

Além disso, este estudo respeitou os princípios éticos em revisões de literatura, assegurando a devida atribuição das fontes e o respeito pelos direitos autorais das publicações consultadas. Embora a revisão abarque diversas abordagens metodológicas e contextos, as limitações potenciais incluem a dependência de estudos já publicados, o que pode não retratar de forma completa a variedade de experiências e estratégias existentes em contextos específicos.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em meio a noventa e sete artigos encontrados, foram selecionados oito artigos pelos critérios de inclusão e exclusão, como se observa pelos dados expostos nas tabelas 1 e 2.

**Tabela 1:** Número de artigos encontrados para cada descritor, por base de dados.

DESCRITORES	PUBMED	SCIELO	LILACS	TOTAL POR DESCRIPTOR
"Equidade AND Saúde"	12	18	20	50
"Políticas públicas AND Desigualdades"	8	12	15	35
"Saúde Coletiva AND Acesso"	5	3	4	12
Total por base de dados	25	33	39	97

**Fonte:** Pesquisadores(as), 2024.

**Tabela 2:** Artigos encontrados e incluídos, por base de dados.

CATEGORIA	PUBMED	SCIELO	LILACS	TOTAL
Total de artigos encontrados	25	33	39	97
Total de artigos incluídos	3	3	2	8

**Fonte:** Pesquisadores(as), 2024.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, observa-se que os artigos incluídos estão concentrados principalmente em bases específicas, como a LILACS, o que reflete a relevância dessa base no contexto da saúde pública. Além disso, há uma maior frequência de descritores relacionados a políticas públicas e equidade em saúde, destacando a centralidade dessas temáticas no corpo da literatura analisada. A seguir, na próxima tabela, serão destacados os artigos selecionados para compor o estudo, com informações detalhadas sobre os autores, ano de publicação, tipo de estudo e objetivo principal de cada pesquisa.

**Tabela 3: Estudos incluídos para compor a revisão**

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO DO ESTUDO
Do carmo; guizardi 2017	Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte	Revisão bibliográfica	Identificar e discutir os desafios para a intersetorialidade entre as políticas públicas de saúde e assistência social que se evidenciaram no brasil após a aprovação da política nacional de assistência social (pnas) em 2004
Ribeiro <i>et al.</i> , 2024	Determinantes Sociais da Saúde dentro e fora de casa: captura de uma nova abordagem	Abordagem qualitativa	Compreender os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), em área periférica de uma capital brasileira, sob a perspectiva de atores sociais e políticos da região
Miranvanella; Franco; de Almeida 2020	Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos?	Revisão bibliográfica	Analisa políticas recentes no campo da Atenção Primária à Saúde (APS) e discute suas implicações para o modelo de atenção no Sistema Único de Saúde (SUS)
Silva <i>et al.</i> , 2014	Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde	Abordagem qualitativa	Analizar a intersetorialidade na perspectiva socioambiental de promoção da saúde. Pesquisa qualitativa realizado em seis municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Ribeiro <i>et al.</i> , 2017	Políticas de saúde e lacunas federativas no Brasil: uma análise da capacidade regional de provisão de serviços	Revisão analítica	Analizar a capacidade das Regiões de Saúde (RS) em dispor de recursos para viabilizar a regionalização e a descentralização na política setorial.
Pitombeira; de Oliveira 2020	Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária	Revisão da literatura	Evidenciar as tensões entre a questão social, os direitos sociais, as atuais políticas de austeridade e suas implicações nos cuidados em saúde da população mais pobre.
Ribeiro <i>et al.</i> , 2018	Federalismo e políticas de saúde no Brasil: Características institucionais e desigualdades regionais	Revisão bibliográfica	Analizar as características do Federalismo no Brasil e suas relações institucionais Com as políticas de saúde.
Cabo; Cruz; Dick 2021	Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no brasil		Compreender como homens e mulheres, brancos, pretos ou pardos, buscam atendimento médico na atenção primária à saúde, porta de entrada no sistema de saúde brasileiro.

**Fonte:** Pesquisadores(as), 2024.

A análise dos estudos incluídos nesta revisão demonstra como as políticas públicas de saúde coletiva no Brasil têm sido desenvolvidas e implementadas para enfrentar desigualdades e promover a equidade na saúde. Cada estudo apresenta contribuições significativas que complementam os objetivos deste trabalho, ao mesmo tempo que ajudam a responder à pergunta de pesquisa sobre quais estratégias têm sido utilizadas e quais resultados têm sido alcançados.

O estudo de Do Carmo e Guizardi (2017) aborda os desafios da intersetorialidade entre as políticas públicas de saúde e assistência social. Os autores destacam que, embora a intersetorialidade seja fundamental para abordar os determinantes sociais da saúde, sua implementação enfrenta obstáculos como a fragmentação institucional e a falta de alinhamento entre diferentes setores. Esses

desafios refletem diretamente nas limitações das políticas públicas em reduzir desigualdades de forma eficaz, alinhando-se à ideia de que, sem uma integração robusta, os avanços em equidade permanecem restritos.

Ribeiro *et al.* (2017) exploram as lacunas federativas no Brasil e mostram que a regionalização, embora promissora, ainda carece de capacidade técnica e recursos financeiros adequados para atender às demandas das regiões mais vulneráveis. A análise desses autores reforça a importância de uma distribuição equitativa de recursos e da capacidade institucional para superar desigualdades regionais. Este ponto dialoga diretamente com o objetivo deste estudo ao evidenciar como a falta de coordenação entre níveis federativos prejudica a efetividade das políticas públicas voltadas à equidade.

No campo da atenção primária, os estudos de Miranvanella, Franco e Almeida (2020) e Pitombeira e Oliveira (2020) destacam tanto os avanços quanto os desafios dessa estratégia. Miranvanella *et al.* apontam que a Estratégia Saúde da Família (ESF) é um exemplo exitoso de política pública que ampliou o acesso à saúde em populações vulneráveis, representando um avanço importante na promoção da equidade. Contudo, Pitombeira e Oliveira (2020) evidenciam que as políticas de austeridade afetam diretamente o financiamento da atenção primária, restringindo sua capacidade de alcançar resultados ainda mais expressivos. Essa tensão entre o potencial transformador e as limitações financeiras é central para a discussão sobre o fortalecimento das políticas públicas no Brasil.

Os determinantes sociais da saúde (DSS) emergem como foco nos estudos de Ribeiro *et al.* (2024) e Silva *et al.* (2014). Ribeiro et al. exploram a percepção de atores sociais e políticos sobre os DSS, mostrando como fatores como habitação, educação e saneamento afetam diretamente os resultados de saúde. Esses achados são reforçados por Silva *et al.*, que analisam a interseccionalidade na promoção da saúde socioambiental, destacando a eficácia de programas locais e a necessidade de políticas nacionais mais estruturadas. Esses estudos corroboram a ideia central de que enfrentar os DSS de maneira integrada é indispensável para reduzir desigualdades e promover condições de vida mais justas.

Outro ponto relevante é levantado por Cabo, Cruz e Dick (2021), que abordam as desigualdades de gênero e raça no acesso aos serviços de saúde. Este estudo revela que mulheres negras enfrentam barreiras significativas na atenção primária, expondo como questões de interseccionalidade afetam a implementação das políticas públicas de forma desigual. A análise desses autores complementa a discussão ao destacar que políticas voltadas à equidade precisam ser sensíveis às especificidades de grupos marginalizados.

Por fim, Ribeiro *et al.* (2018) abordam as características do federalismo brasileiro e sua influência nas políticas públicas de saúde. Os autores argumentam que, embora o modelo federativo

tenha promovido avanços significativos, as desigualdades estruturais e a falta de coordenação comprometem a efetividade das políticas, especialmente nas regiões mais pobres. Isso reforça a necessidade de aprimorar a governança e a alocação de recursos para garantir resultados mais equitativos.

De forma geral, os estudos analisados oferecem uma visão abrangente sobre as estratégias utilizadas pelas políticas públicas para reduzir desigualdades e promover a equidade. Contudo, evidenciam também que desafios estruturais, como subfinanciamento, fragmentação institucional e desigualdades regionais, ainda limitam sua eficácia. Essas questões apontam para a necessidade de maior articulação entre setores, investimentos sustentáveis e abordagens mais inclusivas para alcançar sistemas de saúde mais justos e equitativos, alinhando-se diretamente aos objetivos deste trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas de saúde coletiva evidenciou avanços na promoção da equidade, especialmente por meio da Atenção Primária à Saúde e da abordagem aos determinantes sociais da saúde. No entanto, desafios estruturais, como subfinanciamento, fragmentação institucional e desigualdades regionais, ainda limitam a eficácia dessas políticas. A intersetorialidade, fundamental para enfrentar as desigualdades, carece de maior articulação prática entre setores.

Os estudos analisados reforçam a necessidade de estratégias mais inclusivas e sustentáveis, que considerem as especificidades de populações marginalizadas e busquem superar as barreiras institucionais. Além disso, maior investimento, fortalecimento da governança e incentivo à participação social são essenciais para garantir resultados mais equitativos.

Conclui-se que, apesar dos avanços, alcançar a equidade em saúde requer um compromisso político e social sólido, com ações baseadas em evidências e adaptadas às realidades locais. O fortalecimento de políticas públicas integradas e a ampliação de pesquisas sobre impactos regionais podem subsidiar a construção de sistemas de saúde mais justos e inclusivos.

## REFERÊNCIAS

- BUSS, Paulo Marchiori, et al. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4723–4735, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.15902020>.
- CORRÊA, Claudia Rosana Trevisani, et al. A atuação das organizações não governamentais na promoção da saúde coletiva e combate às desigualdades. *ARACÊ*, v. 6, n. 3, p. 6662–6676, out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev6n3-142>.
- DONADELI, Rafael Lourenço, et al. Desafios e oportunidades na promoção da equidade em saúde: perspectivas para políticas públicas e intervenções comunitárias. *Periódicos Brasil - Pesquisa Científica*, v. 3, n. 1, p. 191–202, maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v3i1.25>.
- GONÇALVES, Romário de Sousa, et al. Educação em saúde como estratégia de prevenção e promoção da saúde de uma unidade básica de saúde. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 3, p. 5811–5817, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-144>.
- HARZHEIM, Erno. Previne Brasil: bases da reforma da Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1189–1196, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320254.01552020>.
- KABAD, Juliana Fernandes, et al. Relações entre produção científica e políticas públicas: o caso da área da saúde dos povos indígenas no campo da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1653–1666, maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320255.33762019>.
- MACINKO, James, et al. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. *Saúde em Debate*, v. 42, n. spe1, p. 18–37, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s102>.
- MALTA, Deborah Carvalho, et al. O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1799–1809, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04782018>.
- PEREIRA, Maria Clara Leal, et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. *Revista Cedigma*, 10 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/ZENODO.13292623>.
- SOUZA, Rosimary Gonçalves de; MONNERAT, Giselle Lavinas. Desigualdades sociais e políticas sociais: reflexões a partir da intersetorialidade. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41418>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- YOSHINO, Clara Akie. Desigualdades em saúde e bem-estar na cidade de São Paulo. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 101–119, jan. 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/16>

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1699–1708, maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33972019>.

RIBEIRO, José Mendes, et al. Federalismo e políticas de saúde no Brasil: características institucionais e desigualdades regionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1777–1789, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.0793201>.

COBO, Barbara, et al. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, p. 4021–4032, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.05732021>.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1265–1286, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000400021>.

RIBEIRO, Kelen Gomes, et al. Determinantes Sociais da Saúde dentro e fora de casa: captura de uma nova abordagem. *Saúde em Debate*, v. 48, n. 140, p. e8590, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241408590p>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Declaração conjunta das Nações Unidas: apelo em prol da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas. 11 jul. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/pt/news/item/11-07-2024-joint-un-statement-calling-for-sexual-and-reproductive-health-and-rights-for-all>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâncio de, et al. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 5, p. 1397–1397, maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33552016>.

GARBOIS, Júlia Arêas, et al. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. *Saúde em Debate*, v. 41, n. 112, p. 63–76, mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206>.

GIOVANELLA, Ligia, et al. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1475–1482, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01842020>.

SILVA, Kênia Lara, et al. Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 11, p. 4361–4370, nov. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.10042014>.